

FERNANDO MATOS RODRIGUES
MANUEL CARLOS SILVA
ANTÓNIO CEREJEIRA FONTES
ANDRÉ CEREJEIRA FONTES
SUSANA MOURÃO
LUÍS BAPTISTA

POR UMA ESTRATÉGIA DE CIDADE SUSTENTÁVEL

Expansão Urbana Planeada, Quadro Legal
e Financiamento Autárquico

SERGE SALAT
LOEIZ BOURDIC
MARCO KAMIYA

Edições
Afrontamento

Título original
ECONOMIC FOUNDATIONS FOR SUSTAINABLE URBANIZATION
OR UMA ESTRATÉGIA DE CIDADE SUSTENTÁVEL
Planned City Extensions, Legal Framework and Municipal Finance

Título
POR UMA ESTRATÉGIA DE CIDADE SUSTENTÁVEL
Expansão Urbana Planeada, Quadro Legal e Financiamento Autárquico

Autores
Serge Salat, Loeiz Bourdic e Marco Kamiya

Organizadores
Fernando Matos Rodrigues; Manuel Carlos Silva
António Cerejeira Fontes; André Cerejeira Fontes; Luís Baptista e Susana Mourão

Capa
«Moebius strip double cut» de Cécile Brigand

Edição
Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | producao@edicoesafrontamento.pt

Tradução
Beatriz Sertório (coord.), António Domingos e Duarte Leal

Revisão
Ana Jorge

N.º edição: 1829

Colecção: Cidade em Questão / 24

ISBN: 978-972-36-1613-2

Depósito legal: 433298/17

Impressão e Acabamento
Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt | www.rainhoeneves.pt

Distribuição
Companhia das Artes - Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

1.ª edição: Novembro de 2017

Parcerias/Apolos



Projeto «Modos de Vida e Formas de Habitar: Ilhas e Bairros Sociais no Porto e em Braga» (PTDC/IVC-SOC/4243/2014)

Índice

Nota de abertura | 5

Fernando Matos Rodrigues | Manuel Carlos Silva
António Cerejeira Fontes | André Cerejeira Fontes
Luís Baptista | Susana Mourão

Prefácio: Pelo direito à cidade, plena | 9

Eduardo Luciano

POR UMA ESTRATÉGIA DE CIDADE SUSTENTÁVEL Expansão Urbana Planeada, Quadro Legal e Financiamento

Autárquico | 11

Serge Salat | Loetiz Bourdic | Marco Kamiya

Apreciação | 13

Prefácio alargado: Sobre a Urbanização Sustentável e a Nova Agenda Urbana | 15

Juan Clos

1. Financiamento autárquico | 16
2. Planeamento e desenho urbanos | 20
3. Quadro legal | 22
4. Conclusão | 26

Introdução | 27

PARTE 1: Uma Nova Abordagem à Criação de Valor Urbano | 31

1. Padrões de planeamento | 39
2. Padrões de redes de transportes | 48
3. Padrões de desenho comunitário para a vitalidade urbana | 51
4. Padrões financeiros: o ciclo de *feedback* positivo da criação de valor | 63

PARTE 2: O Quadro Técnico da Estratégia Tripartida | 69

1. Produtividade urbana | 69
2. A Estratégia tripartida | 75
3. Metodologia: aplicação da estratégia tripartida | 94
4. Evidência empírica | 113
5. Anexo: modelando características das Expansões Urbanas Planeadas a partir da produtividade urbana | 155
6. Referências Bibliográficas | 161

PARTE 3: CIDADE E HABITAÇÃO EM PORTUGAL

Projecto Participado e Estudos de Caso | 167

Fernando Matos Rodrigues | António Cerejeira Fontes
André Cerejeira Fontes | Manuel Carlos Silva

PONTO UM: CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O Espaço Urbano e o Problema da Habitação.

Uma primeira aproximação às Ilhas e Bairros Sociais no Porto e em Braga | 169

Manuel Carlos Silva | Fernando Bessa Ribeiro
António Cardoso | Joel Felizes

1. Introdução: o problema | 169
2. Estado da arte: breve aproximação teórica | 171
3. A cidade como lugar de lutas sociais e reivindicações cidadãs | 172
4. Objetivos, plano e métodos do projeto | 176
5. Considerações finais | 179
6. Referências Bibliográficas | 180

Desenho Colaborativo e Urbanização Planeada | 185

1. Nota prévia: contra a «superficialização» da prática de abordagens colaborativas | 185
2. Introdução: referência à relevância da proposta de Nikos Salingaros – *P2P Urbanism* | 186
3. A dimensão social na humanização da urbanização planeada: contributos e antecedentes | 187
4. O co(d)esenho: desenho colaborativo entre dinâmicas, *data* e desdobramentos dimensionais | 192
5. Referências Bibliográficas | 193

Na Política das Casas Económicas sob o Estado Novo (1933-1972): entre a ideologia corporativa e a premência da realidade socioeconómica | 195

1. As novas áreas residenciais de bairros de casas económicas | 197
2. Da discussão económica e social do corporativismo à sua aplicação numa política de habitação | 215

O «belo exemplo» da Ilha da «Bela Vista» | 217

PONTO DOIS: BELA VISTA: PROJECTO DE ARQUITECTURA BÁSICA PARTICIPADA (2014-2017)

O Problema da Habitação nas Ilhas da Cidade do Porto | 221

1. Arqueologia do habitar na cidade | 221
2. Morfologia, tipologia e programa | 223
3. Processo SAAL na Ilha da Bela Vista (1974/76) | 225
4. Espaço, memória e contemporaneidade | 230

Processos Metodológicos e Prática Arquitectónica em Habitação Básica Participada | 235

1. Programa/projecto de habitação básica | 238

PONTO TRÊS: PROJECTO DE ARQUITECTURA | 241

O Espaço Urbano e o Problema da Habitação: uma primeira aproximação às Ilhas e Bairros Sociais no Porto e em Braga

Manuel Carlos Silva
Fernando Bessa Ribeiro
António Cardoso
Joel Felizes

1. Introdução: o problema

O projecto «Modos de vida e formas de habitar: as ilhas e bairros populares do Porto e de Braga» (PTDC/IVC-SOC/4243/2014)¹, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, focaliza-se no estudo multidimensional das 'ilhas' e bairros sociais do Porto e de Braga e, em particular, nos problemas da habitação social. Este projeto, para além do enquadramento nos emergentes processos de industrialização e urbanização sobretudo desde os anos 60 do século XX e respectivas mudanças e continuidades, exige refletir sobre a relação entre espaço, tempo e sociedade e equacionar, de entre os modelos sobre o fenómeno urbano (funcionalista, bio-ecológico-cultural, (neo)weberiano, (neo)marxista, cultural-simbólico), qual ou quais dessas abordagens permitem não só interpretar a evolução das diversas configurações do rural-urbano nas últimas décadas, como compreender e explicar de modo adequado os comportamentos dos residentes em meio urbano, designadamente nas ilhas e bairros populares do Porto e de Braga.

De modo ainda mais direcionado e incisivo, este projecto implica analisar o papel das instituições públicas estatais e camarárias na esfera da habitação, dos

1. Este texto é basicamente tributário de ideias já desenvolvidas no livro *Sócio-Antropologia rural e urbana* (Porto: Edições Afrontamento, 2002: 195 ss.) da autoria de Manuel Carlos Silva, investigador responsável pela elaboração e coordenação do projeto em curso, e de outras por parte de Fernando Bessa Ribeiro, algumas das quais já explicitadas em Ribeiro (2017), tendo beneficiado também de contributos de Joel Felizes e António Cardoso nomeadamente na tradução, na revisão ampliada da bibliografia e noutros aspetos da candidatura submetida à FCT.

equipamentos e consumos coletivos, assim como das associações e movimentos sociais urbanos de resistência e adaptação/acomodação, com particular incidência nos referidos bairros de habitação social. Por fim, as 'ilhas' e os bairros sociais, através da triangulação de diversos métodos de ordem quantitativa (análise estatística, inquéritos) e qualitativa (entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise de conteúdo) e de um trabalho de campo nos bairros selecionados, serão analisados como subtotalidades significativas em função dos locais de trabalho e habitação, obrigando igualmente a equacionar a questão de saber se estas 'ilhas' e bairros populares evidenciam diferentes tipos de sociabilidade e se caracterizam por determinados modos de organização sócio-espacial com identidades e solidariedades sócio-espaciais enraizadas e, eventualmente, alguns tipos de conflitos, nomeadamente territoriais, interétnicos e de classe, em regra com entidades exteriores ao bairro.

Perante flagrantes assimetrias causadas pela lei da oferta e procura e pela renda fundiária urbana (cf. Santos 1982), este projeto visa acrescentar conhecimento novo em torno dos modos de habitar e viver em bairros sociais, no quadro do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova_UMinho). Por outro lado, o projeto, para além de aprofundar o conhecimento sobre a realidade social urbana no campo da habitação básica – o qual pode ainda contar com o Laboratório de Habitação Básica –, tem em vista elaborar recomendações para políticas públicas que visam corrigir e atenuar as referidas assimetrias através de programas nacionais e camarários de habitação social, seja pelo controlo e disposição de certas parcelas de terrenos para construção a custos controlados, seja pela via da participação do Estado ou das autarquias na (auto)construção ou no acesso à habitação social, seja ainda, como ocorre em diversos países do centro e sobretudo do norte de Europa, por uma política de solos anti-especulativa e implementação de regras de gestão, distribuição e atribuição de alojamento, estipulando contenção nos montantes das rendas de casas disponibilizadas por senhorios privados.

Focalizando-nos na Região Norte, e em particular nas cidades do Porto e de Braga, os impactos do êxodo rural e das migrações, da urbanização e da, embora débil, industrialização desde os anos 60 do século XX, a penetração das novas tecnologias e o papel do Estado e, sobretudo desde os anos 90, de instâncias supraestatais, têm reconfigurado os espaços rurais e urbanos, tal como o têm evidenciado diversos estudos (Pinto 1985, Almeida 1986, Wall 1998, Silva 1998, Fortuna 1997, Pereira 2005, Pinto e Queirós 2010, Queirós 2014, Rodrigues e Silva 2015). Nestes espaços verificam-se índices preocupantes de crescente subalternidade e dependência – e de marginalização no interior (Alto Minho e Trás-os-Montes) – no contexto (inter) nacional (Ribeiro e Cabral 1993, Silva e Cardoso 2005, Gonçalves *et al.* 2007), o que nos induz a questionar: que factores exógenos e endógenos explicam esta relativa subalternidade e dependência, exclusão e marginalização, nomeadamente nas 'ilhas'

e 'bairros sociais' no Porto e em Braga? A esta questão procuraremos dar resposta com base nos dados históricos e empíricos a recolher com o trabalho de campo, compreendendo e explicando as referidas situações de dependência e privação, de exclusão e marginalização e, nalguns casos, de segregação social e étnica.

2. Estado da arte: breve aproximação teórica

A análise da origem e evolução dos bairros sociais urbanos exige, em termos teórico-metodológicos, recolocar no centro do debate as (inter)relações entre o rural e o urbano, tendo presente que sobre o urbano há diversas correntes: a funcionalista, centrada na gestão do território face à diferenciação e '(des)organização' social (Durkheim 1977), a que se contrapõe, complementando, a visão bio-ecológica e cultural da Escola de Chicago que perspectiva a cidade como variável independente e estruturante dos 'modos de vida urbanos' (Park 1987, Wirth 1987); a (neo)weberiana de cariz pluridimensional, mas com particular destaque para a autocefalia cívico-política da cidade (Weber 1978, 1987; Ledrut 1968); a (neo)marxista focalizada na estrutura técnico-económica enquanto factor explicativo das constelações urbanas (Marx 1974, Lefebvre 1972, Castells 1982, Harvey 1992); e a simbólico-cultural (Lynch 1982, Levy 1978, Hannerz 1983).

A recorrente dicotomia entre o rural e o urbano remete para a velha questão da transição societal tratada, sob diversa terminologia, em torno da comunidade *versus* sociedade (Tonnies 1953), do estatuto *versus* contrato (Maine 1980), da solidariedade mecânica *versus* solidariedade orgânica (Durkheim 1977 I:87 ss), do campo *versus* cidade (Marx e Engels 1972), autóctones *versus* forâneos (Simmel 1977), racionalidade tradicional *versus* racionalidade legal moderna (Weber 1978) ou ainda as variáveis-padrão em Parsons (1988) contrapondo o tradicional (orientação colectiva, afectividade, adscrição (*ascription*), difusidade de papéis e particularismo *versus* o moderno (auto-orientação, neutralidade afectiva, realização (*achievement*), especificidade de papéis e universalismo, para além de outras dicotomias formuladas na Antropologia (vg: pequena vs grande tradição, *folk vs urban society* de Redfield 1961).

À velha discussão sobre a dicotomia rural-urbano seguiu-se a tese do *continuum* rural-urbano (Sorokin e Zimmerman 1929), prosseguida por uma outra defensora da permeabilidade e diluição do rural-urbano (Gaspar 1994), embora com alguma heterogeneidade e conflitualidade social e axiológica entre estabelecidos e forâneos recém-chegados (Elias e Scotson 1965, Newby 1980, Chamboredon 1985). Sendo imprescindível proceder a uma abordagem de base territorial, esta necessita de ser articulada com a teoria da dependência e centro-periferia, aplicável a espaços rurais e urbanos a nível transnacional, nacional, regional e local. Porém, esta

é insuficiente se não implicar uma revalorização e relativa autonomização do espaço e sua articulação com as classes e grupos sociais, tal como o fazem Remy e Voyé (1976), Harvey (1977), Thrift e Williams (1988), Sennet (2005), Kesteloot (2005) ou, em Portugal, Ferrão (1984) e Silva (1998, 2004), evitando ver o rural e o urbano como categorias pós-agrícolas, reificadas. Mais, Gans (1962), Pahl (1966) e Newby (1980) avançam a tese de que comportamentos sociais não são apenas definidos pelo tipo de espaço – rural ou urbano – mas também pela pertença étnica, de classe e de género, idade ou fase do ciclo de vida.

Por fim, ao nível interactivo e transaccional (cf. Goffman 1988, Barth 1966), as cidades sob estudo, como refere Hannerz (1983), podem perspectivar-se como totalidades sociais que englobam, em função dos locais de trabalho e habitação, diferentes tipos de sociabilidades ou modos de vivência urbana: o enclave, a segregação, a integração e o isolamento, 'descendo' à análise do bairro como unidade sócio-espacial como subtotalidade significativa. Por seu turno, em bairros sociais perpassados de processos de segregação/exclusão social, importa problematizar até que ponto tais situações são também potenciadas pela sociedade envolvente, nomeadamente instituições e/ou 'empreiteiros da moral' (Becker 1968), tendentes a rotular e desclassificar estas populações, dando lugar a identidades deterioradas, negativas (cf. Goffman 1988). As ilhas/bairros sociais são amiúde enclaves intersticiais que se caracterizam por determinados tipos de organização sócio-espacial com identidades e solidariedades sócio-espaciais enraizadas e, eventualmente, perpassados por processos de mobilidade geo-social, horizontal ou vertical, e alguns tipos de conflitos (territoriais, interétnicos e de classe), nomeadamente com entidades exteriores ao bairro (câmaras, planeadores tecnocratas e eventuais interesses imobiliários).

3. A cidade como lugar de lutas sociais e reivindicações cidadãs

A vida social desenrola-se em lugares concretos, em relação com os mais variados elementos e estruturas que compõem o espaço físico, assumindo nele a habitação uma função-chave.² Ainda que tal não permita subalternizar a força das

2. Os debates em torno do espaço são bem conhecidos. Seguindo o discutido em Ribeiro, Portela e Gerry (2009), é pertinente destacar a síntese elaborada por Silva (2006: 191-192) acerca deste conceito. Se para os teóricos da Escola de Chicago, como Park (1987), Wirth [1987 (1938)] e Burgess [1967 (1925)], o espaço constitui uma variável independente, para os marxistas, com destaque para Lefebvre (1968), Castells (1975 e 1982) e Harvey (1992), o espaço não pode ser analisado fora das dinâmicas sociais, económicas e políticas. Daqui decorre que a utilização e as transformações do espaço necessitam de ser entendidas considerando o contexto social da sociedade onde elas ocorrem. Por sua vez, os teóricos de filiação weberiana, como Ledrut (1968) e Freund (1975), enfatizam a relevância do factor político, em especial no que se pren-

estruturas sistémicas que os condicionam, os actores sociais possuem uma margem relativa de agência para configurar os espaços urbanos, variável em função dos contextos histórico-espaciais e sempre sujeita aos constrangimentos impostos pelas estruturas onde a ação se inscreve, como justamente assinala Bourdieu (1997). Retomando os argumentos de Ribeiro, Portela e Gerry (2009), as estruturas espaciais existentes atuam sobre a vida social nas suas dimensões mais diversas, incluindo o modo como os atores intervêm nelas. Não sendo homogéneo, é no espaço que se inscrevem as condições materiais de existência (Hall 1986), é nele que se constroem e se exprimem as distinções que, segundo o sentido dado por Bourdieu (1979), marcam muitos outros aspetos da vida social, como o local e tipo de habitação, as actividades e os lugares de lazer. A organização das aldeias, das vilas e das cidades é sempre produto da história, isto é, da ação dos actores sociais, das instituições e do Estado. Estamos perante realidades dinâmicas que não se apresentam jamais em «estado puro», como assinala Baptista (2006: 55), na esteira de Remy e Voyé (1976). A cada «espaço dado», entendido como conjunto de formas já existentes (habitações, ruas, etc.), a ação humana vai adicionando e transformando (Bromberger e Ravis-Giordani 1976), tendo sempre presente as dinâmicas sociais e os conflitos de classes e seus interesses. Assim, conhecer todos os elementos e aspectos que compõem o espaço, com destaque para as habitações, é crucial para se compreender a questão urbana.

Sendo a habitação um dos problemas centrais da sociedade urbano-industrial estruturada em torno da produção, consumo e circulação e despreocupando-se o capital de utilidades não lucrativas como a habitação social, o Estado central ou os municípios terão de suprir tais funções imprescindíveis também para a reprodução da força de trabalho, intervindo na produção e apropriação, ordenamento e gestão do espaço urbano, um recurso humano limitado, mas desigualmente distribuído e, relativamente ao mercado habitacional, uma mercadoria heterogénea e segmentada, cujo acesso é economicamente condicionado (Topalov 1987, Genestier 1990, Bourdieu 2006). Porém, com a globalização da economia e respectivos processos de (des)localização conforme as vantagens comparativas oferecidas, a autonomia de muitas instâncias municipais e mesmo estatais tem-se reduzido consideravelmente, acabando por afectar os tecidos urbanos. Mas não do mesmo modo e com a mesma intensidade. Não sendo as cidades imunes aos processos e dinâmicas que resultam da referida globalização, muitas não só não perdem relevância, como acrescentam poder e capacidade de influência, nomeadamente na captação de

de com a intervenção do Estado e suas instituições na produção do espaço. Avaliando as perspetivas acima enunciadas, Silva defende que «o facto de se sustentar que o espaço tem uma relativa autonomia e produz efeitos próprios não significa que não seja socialmente condicionado. O espaço, para ser explicativo, tem de ser articulado com outros factores de carácter social, político e cultural» (2006: 194-195).

recursos. São as cidades globais [Sassen 2001 (1991)] que exprimem, parcialmente, o lado feliz e otimista da globalização.

As cidades são espaços privilegiados de ação do capital, nos quais este procura maximizar por todos os meios a produção de mais-valias que conduzem recorrentemente a situações de colapso súbito dos esquemas creditícios. As consequências estão bem expostas pela última grande crise do capitalismo, na qual os créditos especulativos com a habitação das famílias pobres nos Estados Unidos da América jogaram um papel decisivo.

O alojamento é um dos sectores económica e socialmente mais sensíveis, suscetível de operar uma dualização ou polarização de espaços e uma filtragem das populações urbanas, na medida em que o valor do solo e da habitação, sujeito às leis do mercado fundiário urbano, se interliga com a renda fundiária urbana e difere conforme o local da cidade, em regra mais caro quanto mais próximo do centro. Os grupos sociais desprovidos ou menos providos são arreados para a periferia e, quando no centro, além de desestruturados, marginalizados e estigmatizados, são objecto de medidas de pressão, deslocalização, ‘assalto’ e expulsão por efeito de especulação imobiliária e processos de regeneração e gentrificação (instalação de multinacionais, bancos, centros comerciais, repartições públicas, habitação para elites) (Zuckin 1987, Queirós 2014, F. M. Rodrigues e Silva 2015).

O alojamento constitui uma das questões fulcrais susceptíveis de desencadear lutas e movimentos urbanos. Ele engloba diversas vertentes desde o alojamento público ao privado, do legal ao clandestino, dos movimentos de ocupação de casas até à autoconstrução, à reivindicação de gerir e reorganizar o espaço urbano, incluindo a própria reabilitação urbana em bairros degradados, indo ao encontro não só dos moradores como dos pequenos proprietários de casas e lojas, contrários às invasões dos referidos grupos económicos. De resto, a reabilitação urbana, para além da recuperação física e melhoria dos imóveis (isolamento térmico, aquecimento), exige, como refere Bonetti (1994: 18 ss), a promoção de uma gestão urbana integrada, estendendo-se a outros sectores (educação, cultura, segurança, juventude) e potenciando a participação democrática nas decisões relativas ao bairro em questão. Por outras palavras, o alojamento é um elemento-chave no direito à cidade. Apesar de ainda negado a uma parte significativa dos cidadãos e famílias do nosso tempo, este direito exige o acesso a uma habitação digna. Tal foi, aliás, devidamente compreendido pelos deputados que aprovaram, em 1976, a atual constituição da República Portuguesa, fixando no artigo 65.^o que «todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar».

A questão urbana e suas lutas não se esgotam no alojamento, não obstante a sua relevância para os cidadãos/ãs. Ainda que anterior ao capitalismo, ela assume uma especial importância nas lutas sociais nas atuais configurações sociais, em boa

medida devido à aceleração das dinâmicas de urbanização e, concomitantemente, ao crescimento das concentrações das populações em cidades reclamadas pela industrialização. Assim, a questão urbana não poderia deixar de merecer a atenção dos principais teóricos críticos do capitalismo logo no século XIX, com destaque para Friedrich Engels e o seu clássico *O problema da habitação* (1975 [1887]), cujos textos que o constituem foram pela primeira vez publicados em 1871. Quer isto dizer que a questão urbana era já uma questão social central, mesmo quando a larga maioria das pessoas habitava no campo. David Harvey (2011) alega que a luta de classes no século XIX se fazia também nas cidades, tendo como questão o direito à habitação. Por isso, um dos dois primeiros decretos da Comuna de Paris de 1871 foi precisamente sobre uma moratória do pagamento das rendas.

Apesar de a maioria da população mundial viver já em cidades, o mundo prossegue a sua marcha acelerada de urbanização e concomitante reorganização das cidades, marcada pela concorrência entre elas para captar investimentos e grupos sociais afluentes, por um lado, e responder aos efeitos produzidos pelas desigualdades sociais, por outro (vd. Pereira, Baptista e Nunes 2011). A vida nelas está longe de ser fácil para a maioria da população. Dando expressão a um cenário urbano marcado por privações e múltiplos problemas e dificuldades, incluindo fome e escassez de água potável [Caparrós (2015)], Davis caracteriza hoje o mundo como «planeta favela», destacando que «o bilião de habitantes urbanos que mora nas favelas pós-modernas pode mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos» (Davis 2006: 29). Longe de se reduzir, este número pode passar para 1400 milhões em 2020, ou seja, um crescimento superior a 40% em apenas quatro anos. Os peritos da ONU não têm dúvidas face aos dados por eles analisados agora citados: a urbanização contemporânea constitui um desastre social e ambiental, com severos efeitos na vida dos mais pobres (*World Cities Report* 2016).

Definida como o «evento geopolítico crucial do nosso tempo» por Žižek (2005: 20), este modo de urbanização comporta formas agudas de miséria, pobreza e exclusão social, levando alguns a caracterizá-lo como uma expressão concreta de uma nova configuração mundial:

O Quarto Mundo compreende vastas áreas do globo, como, por exemplo, boa parte da África subsariana e zonas rurais empobrecidas da América Latina e Ásia. Mas também está presente literalmente em todos os países e todas as cidades, nessa nova geografia da exclusão social. É formado por guetos norte-americanos do centro das grandes cidades, enclaves espanhóis criados pela massa de jovens desempregados, *banlieues* franceses repletos de norte-africanos, bairros *yoseba* no Japão e bairros de lata nas megalópoles asiáticas. E é habitado por milhões de pessoas sem casa, presas, prostituídas, criminalizadas, brutalizadas, estigmatizadas, doentes e analfabetas. Essas pessoas constituem a maioria em algumas áreas, mino-

ria noutras e uma pequena minoria em alguns contextos privilegiados. Entretanto, em toda a parte, o seu número está a aumentar e também a sua visibilidade, à medida que a triagem seletiva do capitalismo informacional e o colapso político do estado de bem-estar social intensificam o processo de exclusão social (Castells 2003: 206).

Fechando a discussão, hoje como no passado, a construção da cidade foi feita ora de forma abertamente violenta, nomeadamente onde os direitos de propriedade privada não estão devidamente instituídos ou garantidos pelo Estado, como na China ou nos bairros clandestinos da América Latina, ora através da mobilização do direito para remover populações indesejadas de zonas nobres ou em processo de gentrificação (Harvey 2011: 264-265).

4. Objetivos, plano e métodos do projeto

Esta pesquisa começa por indagar as razões não só das mudanças como das continuidades do rural-urbano num registo focalizado nas centralidades e periferias urbanas, nomeadamente nas ‘ilhas’ e bairros sociais do Porto e de Braga. A abordagem assumida ancora-se na imbricação entre a teoria do centro-periferia perfilhada por Santos (1993), na esteira de Frank (1961) e Wallerstein (1990), mas, simultaneamente, expurgada do seu determinismo externo, e uma abordagem territorialista e accionalista que incorpore o local e a perspectiva dos actores sociais na busca de síntese entre estrutura e agência,

O problema da habitação em Portugal, e em particular da habitação social, com respostas tardias, hierarquizantes e de controlo social visível nas casas de renda económica em Lisboa e Porto sob o Estado Novo (Janarra 1997, Baptista 1999, Gross 1994), exige um enquadramento nos já referidos emergentes processos de industrialização e urbanização, assim como do papel subsequente, no pós-25 de Abril, por parte do Estado e demais instituições públicas centrais ou municipais na esfera da habitação, dos equipamentos e consumos colectivos, a par do estímulo à oferta de crédito bancário para a habitação e subsequentes processos de endividamento. Onde, torna-se necessário fazer uma revisão da pesquisa e da acção urbanística em Portugal, assim como analisar algumas experiências (vg. SAAL) e o papel das associações de moradores e movimentos sociais urbanos de resistência e adaptação/acomodação, com particular incidência em bairros de habitação social nas cidades de Lisboa (Costa 1999), Setúbal (Faria 2009) e, em particular, do Porto (cf. Teixeira 1996, Ferreira 1982, Queirós 2014, F. M. Rodrigues e Silva 2015, F. M. Rodrigues et al. 2016).

Este projeto de investigação visa realizar os seguintes objectivos: (i) revisitar e reanalisar os trabalhos sobre o rural-urbano na Região Norte e, em particular, o processo histórico da industrialização e urbanização em Portugal, sobretudo desde

os anos 60 do século XX; (ii) elaborar uma tipologia dos diversos tipos de espaços envolventes das cidades do Porto e Braga e subsequente génese de bairros e ilhas populares nas cidades do Porto e de Braga; (iii) fazer um levantamento sobre a evolução das ilhas/bairros sociais e elaborar o respectivo mapa cartográfico, do ponto de vista arquitectónico, geo-histórico e sociológico; (iv) estabelecer uma caracterização sócio-demográfica destas comunidades e fazer um diagnóstico das suas condições de vida objectiva, suas formas de organização social e material, nomeadamente em termos de habitação; (v) aferir o grau de heterogeneidade sócio-profissional e retratar a (re)composição social das ilhas e dos bairros sob estudo, os principais perfis e relações sociais dos moradores em termos de pertença de classe, interétnicas, nacionalidade e género; (vi) conhecer as diferenciadas práticas e sociabilidades, representações e mundividências simbólico-culturais, nomeadamente religiosas, assim como eventuais processos de secularização; (vii) indagar sobre as formas de construção social dos territórios e espaços sociais e suas modalidades de interacção e vivência social nos bairros; (viii) averiguar em que medida os moradores participam nos processos de decisão que lhes dizem respeito e/ou persistem eventuais registos ocultos de resistência e acomodação com relações diádicas de tipo paternalista ou clientelar pela via partidária na interface com técnicos e políticos eleitos na freguesia e no município, nomeadamente no quadro de políticas públicas de habitação e reabilitação urbana.

Tendo como pano de fundo o marco temporal de 1960 até hoje e os ganhos científicos de várias obras e monografias sobre o Norte, o investigador responsável e a sua equipa assumem a centralidade do território não só no velho e 'novo' mundo rural multifuncional como sobretudo no mundo urbano, socialmente heterogéneo. Para além duma breve retrospectiva sobre transformações ocorridas nos espaços rurais e urbanos nos últimos 50 anos e suas subalternidades sob o complexo agro-industrial e a política agrícola comum (Pinto, 1985, Almeida 1986, F. O. Baptista 1993, Portela 1994, Silva 1998, Sobral 1999, Cordovil 2004), numa primeira fase a equipa tem-se proposto desenvolver o objecto e quadro teórico do projecto e, simultaneamente, empreender uma primeira aproximação aos espaços urbanos do Porto e de Braga em termos sócio-demográficos, ambientais e sanitários, económicos, culturais e políticos.

Neste estudo o foco nuclear de análise micro-sócio-antropológica é o bairro popular, cuja importância é destacada por Hannerz (1983), Borja (1988) Castells (1997), Cordeiro (1997) e Costa (1999) na medida em que, perante processos de fragmentação, exclusão e/ou segregação urbanas, o bairro constitui não só o locus de interconhecimento onde têm lugar as sociabilidades e vivências sócio-culturais como pode e deve ser o espaço de implementação de políticas que materializem o direito à cidade e à habitação. Talvez este seja um protótipo que, dando resposta ao problema da habitação e das más condições de habitabilidade constatadas por

A. F. Ferreira (1987), se afasta quer do modelo de construção em grandes blocos de moradias despersonalizadas, quer das moradias individuais, selectivas mas de tendência elitista. Assim, as 'ilhas' e bairros sociais do Porto e de Braga são pequenas comunidades urbanas orientadas para o interior mas sem constituírem mundos isolados, possuindo amiúde uma identidade mista: operária de condição e camponesa de origem, a qual entretanto se materializa simbólica e realmente nos logradouros, nas hortas e jardins das ilhas mas de modo algum como um não-lugar, como pretende Seixas (2008:136 ss).

Numa abordagem metodológica plural (cf. Weber 1978, Bourdieu 1980, Silva 1998, Sobral 1999), neste projeto utilizamos métodos e técnicas de ordem quantitativa e qualitativa. Assim, numa segunda fase, far-se-á uma exploração das fontes estatísticas (Censos, Inquéritos à Habitação, INE) e análise documental com base em diversos fundos e arquivos públicos (distritais, municipais) e privados. Em tempo simultâneo e numa terceira fase, serão aplicados, em ambas as cidades, cerca de 600 inquéritos aos moradores de ilhas e bairros sociais do Porto e de Braga, seus modos de vida, formas e condições de habitação, procurando entrar nos bairros com a mediação de informantes-chave. Seguidamente, procuraremos entrevistar responsáveis/gestores de empresas e instituições públicas e privados e um inquérito adicional a cidadãos/ãs de diversas profissões e actividades, suas condições e modos de vida, assim como as suas representações sobre os moradores das referidas ilhas e bairros sociais. Simultânea e/ou seguidamente, após elaborarmos uma cartografia e caracterização das diversas 'ilhas' e bairros sociais no Porto e em Braga, seleccionamos, numa quarta fase, para uma investigação mais aprofundada, duas ilhas/bairros sociais do Porto e dois de Braga, assumindo o trabalho de campo como base fulcral e cientificamente legitimada de pesquisa sócio-antropológica (Boissevain 1974, Geertz 1973), recorrendo a narrativas orais e histórias de vida (Bertaux 1997) e recolhas registadas em diários de campo e meios audiovisuais.

Entre os métodos qualitativos privilegiaremos a triangulação metodológica com base nos grupos focais, nas entrevistas semi-estruturadas e na análise de conteúdo numa orientação compreensiva, interpretativa e pluricausal na esteira do método weberiano. Com base nestes métodos e numa técnica de amostragem não probabilística, em bola de neve, proceder-se-á à recolha de informação em função de variáveis estruturantes (profissão, género, etnia, idade, escolaridade, tipo de agregado familiar), a fim de compreender e explicar as atitudes, representações e motivações dos cidadãos residentes nas 'ilhas' e nos bairros sociais seleccionados, privilegiando, como defende Geertz (1973), a análise sócio-antropológica dos lugares e espaços habitados, ora sob regime de arrendamento, ora tendo como aspiração estratégica o acesso a casa própria. Além de entrevistas junto de informantes-chave (padre, reformados, pessoas com posição fixa como o merceiro, o barbeiro, o padeiro) e de representantes institucionais e autárquicos numa fase exploratória,

serão levadas a cabo, numa quinta fase, 60 entrevistas a residentes no quadro de um intensivo trabalho de campo por bairro. Numa perspectiva multinível, far-se-á uma caracterização sócio-demográfica das famílias e condições de salubridade, modos de conjugalidade, tipos de economia/rendimento e condições objectivas de vida em termos de pertença de classe, étnica e de género e correlativos hábitos e estilos de vida, modos de alojamento e de organização social local, assim como tipologização das diversas trajectórias residenciais e sócio-profissionais das famílias e seus filhos. Por outro lado, centraremos as pesquisas nos lugares, indagando as práticas e modos de vivência urbana, mapas cognitivos e sociabilidades, reconstituindo memórias e relações de interconhecimento com as origens rurais, representações e mundividências sociais dos moradores das ilhas e bairros sociais sob estudo, assim como as suas relações com entidades externas.

5. Considerações finais

Inscrevendo-se no campo da sociologia e da antropologia urbanas e dos estudos sociais sobre as cidades, a investigação sobre as 'ilhas' e bairros sociais no Porto e em Braga procura conhecer e compreender os modos de vida de populações urbanas marginalizadas, debatendo-se com escassez de recursos e múltiplos problemas, incluindo habitacionais. Através de metodologias de inquirição diversificadas, onde o inquérito por questionário faz par com o registo etnográfico, serão reveladas vidas concretas, seus problemas e aspirações. Estas ilhas e bairros são contextos sociologicamente interessantes para se identificar situações de descuido, desinteresse e até discriminação dos poderes públicos locais e nacionais no campo da habitação.

Envolvendo dimensões e interesses diversos, incluindo económicos, estas ilhas e bairros não deixam de tornar evidente que «o urbano é hoje ponto e ponte de contacto com as lógicas fundamentais de produção e reprodução das sociedades» (Lopes 2002: 20). Evitando cair em interpretações descoladas das estruturas sociais, políticas e económicas que organizam as cidades, este projeto de investigação estará muito atento à sinalização de situações que contribuem para desfigurar a vida urbana, sobretudo as dos cidadãos mais pobres que habitam em lugares degradados e, não raro, só objeto da atenção dos poderes públicos quando em causa estão excessos dos processos de gentrificação.

Estas 'ilhas' e bairros confrontam-nos com o facto, amiúde acima analisado, de a cidade permanecer como lugar de lutas sociais e políticas que nos interessa, sobretudo se estamos comprometidos com um sentido de justiça social e de democracia que não se rende às desigualdades que caracterizam o nosso tempo. Nem a formas ambientalmente danosas e até insustentáveis de organização do espaço urbano.

Daí que importa encontrar novas respostas para os problemas urbanos, a partir do terreno, das condições concretas de habitação dos cidadãos/ãs e suas famílias, em diálogo com estes e sempre atentos à importância e papel desempenhado pelo campo político.

6. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- BAPTISTA, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social*. Oeiras: Edições Celta.
- BAPTISTA, Luís V. (2006), «Urbanização, ruralidade e suburbanidade: conceitos e realidades» in C. Balsa (org.), *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*, Lisboa: Colibri/Ceos, pp. 55-66.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora de Texto.
- BARTH, Frederic (1966), *Models of Social Organization*, Londres: Royal Anthropological Institute.
- BECKER, Howard [1968 (1963)], *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque: The Free Press.
- BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie*, Paris: Nathan.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1974), *Friends of Friends, Networks, Manipulators and Coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.
- BORJA, Jordi (1988), *Estado y Ciudad*. Barcelona: PPU.
- BONETTI, Michel (1994), «Revalorisation des quartiers en crise: de la rehabilitation à la gestion urbaine intégrée», in *Sociedade e Território*, 20: 17-25.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P. (1997), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.
- BOURDIEU, Pierre (2006), *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo de Letras.
- BROMBERGER, Christian e George Ravis-Giordani, G. (1976), «Introduction: espace donné, espace production – esquisse d'une approche ethnologique du concept d'espace». In *Pratiques et représentations de l'espace dans les communautés méditerranéennes*, Paris, Éditions du CNRS.
- BURGESS, Ernest [1967 (1925)], «The Growth of the City» in R. Park, E. Burgess e R. Mackenzie (orgs), *The City*, pp. 47-68, Chicago: University of Chicago Press.
- CAPARRÓS, Martín (2015), *El hambre*, Madrid: Anagrama.
- CASTELLS, Manuel (1982), *La cuestión urbana*. Madrid: Siglo XXI.
- CASTELLS, Manuel (1997), *La era de la información: economía, sociedad y cultura. El poder de la identidad*. Vol 2. Madrid: Alianza.
- CASTELLS, Manuel (2003), *O fim do milénio*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude (1985), «Nouvelles formes d'opposition ville-campagne» in *Histoire de la France Urbaine*. Paris: Seuil, vol V.
- CORDEIRO, Graça Índias (1997), *Um Lugar Na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CORDOVIL, Francisco, BAPTISTA, Daniel, ALVES, Rui e DIN, Bruno (2004), *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia. Factos e Políticas. Futuro e Opções*. Lisboa: Príncipia.
- COSTA, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- DAVIS, Mike (2006), *Planeta favela*, S. Paulo: Boitempo.
- DURKHEIM, Emile [1977(1893)], *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença.

- ELIAS, Norbert e SCOTSON (1965), *The Established and the Outsiders*. Londres: Frank Cass e C.º.
- ENGELS, Friedrich (1975 [1887]), *O problema da habitação*. Lisboa: Estampa.
- FARIA, Carlos Vieira (2009), *As Cidades na Cidade. Movimentos sociais urbanos em Setúbal, 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- FERRÃO, João (1984), «Portugal nos últimos vinte anos: estruturas sociais e configurações espaciais. Pensamento Ibero-Americano», in *Revista de Economia Política*, 6: 223-236.
- FERREIRA, António Fonseca (1987), *Por uma nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Vitor Matias (1982), «Os movimentos urbanos e o S.A.A.L.: a ambiguidade e os equívocos», in *A Ideia*, 24: 17-34.
- FORTUNA, C. (1997), *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta.
- FRANK, André Gunder (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FREUND, Julien (1975), «La ville selon Max Weber» in *Espaces et Sociétés*, 16: 47-61.
- GANS, H. J. (1962), *The Urban Villagers. Group and Class in the Life of Italian-Americans*. Nova Iorque: The Free Press.
- GASPAR, Jorge (1994), «Da observação de Lisboa: alguns apontamentos». In *Philosophica*, 4: 47-58.
- GEERTZ, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books, Inc.
- GENESTIER, Philippe (1990), «Recherche urbaine, aménagement urbanistique: entre doctrines et apories», in *Sociologie du Travail*, 3: 339-352.
- GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- GONÇALVES, Carlos et al. (2007), *A região Norte de Portugal. Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*. Porto: Instituto de Sociologia.
- GROSS, Marielle Christine (1994), «Pequena História do Alojamento Social em Portugal», in *Sociedade e Território*, 20: 80-90.
- HALL, Edward T. (1986), *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio d'Água.
- HANNERZ, Ulf (1983), *Explorer la ville*. Paris: Minuit.
- HARVEY, David (1977), *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI.
- HARVEY, D. (1992), *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, David (2011), *O enigma do capital – E as crises do capitalismo*, Lisboa: Bizâncio.
- JANARRA, Pedro (1997), *A política urbanística e habitação social no Estado Novo. O caso do bairro de Alvalade de Lisboa: entre o projecto e o concretizado*. Lisboa: ISCTE.
- KESTELOOT, Christian (2005), «Urban Socio-spatial Configuration and the Future of European Cities», in Y. Kazepov (org), *Cities of Europe: Changing Contexts, Local Arrangements and the Challenge to Social Cohesion*, pp. 123-148. Oxford: Blackwell.
- LEDRUT, Raymond (1968), *Sociologie Urbaine*. Paris: PUF.
- LEFEBVRE, Henri (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- LEFEBVRE, Henri (1972), *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia.
- LEVY, Albert (1978), *Introduction a une socio-sémiotique de la perception de l'espace Urbain*. *Espaces et Sociétés*, 24-27: 125-130.
- LOPES, João Teixeira (2002), *Novas questões de sociologia urbana: conteúdos e «orientações» pedagógicas*. Porto: Edições Afrontamento.
- LYNCH, Kevin [1982 (1960)], *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MAINE, Henry Sumner [1980 (1861)], *Ancient Law*. Londres: John Murray.
- MARX, Karl [1974 (1859)]. *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic [1972 (1846)], *De Duitse Ideologie*. I. Nijmegen: SUN.
- NEWBY, Howard (1980), «Urbanización y estructura de clases rurales: reflexiones en torno al estudio de un caso», in *Agricultura y Sociedad*, 14: 9-48.
- PAHL, R. E. (1966), «The Rural-Urban Continuum», in *Sociologia Ruralis*, vol VI, 3-4: 299-329.
- PARK, Robert (1987), «A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano», in O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, pp.26-67. Rio de Janeiro: Guanabara.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)]. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
- PEREIRA, Virgílio (2005). *Classe e culturas de classe das famílias portuenses. Classes sociais e 'modalidades de estilização de vida' na cidade do Porto*, Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Patrícia, BAPTISTA, Luís Vicente e NUNES, João Sedas (2011), «Editorial» in *Forum Sociológico*, 21: 7-9.
- PINTO, José Madureira, (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento.
- PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João (2010), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português*. Porto: Edições Afrontamento.
- PORTELA, José (1994), «Agriculture is Primarily What?» in D. Symes e A. Jansen (orgs), *Agricultural Restructuring and Rural Change in Europe*, pp. 32-48. Wageningen: Agricultural University Wageningen.
- QUEIRÓS, João P. (2014). *No Centro, à margem. Estudo sociológico das intervenções habitacionais no centro do Porto e das suas consequências sociais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- REDFIELD, Robert [1961 (1956)]. *Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- REMY, Jean e VOYÉ, Liliane (1976), *La Ciudad y la Urbanización*. Madrid: Estudios de la Administración Local.
- RIBEIRO, Fernando Bessa Ribeiro (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus (no prelo).
- RIBEIRO, Fernando Bessa, PORTELA, José e GERRY, Chris (2009), «A terra de heróis: espaço urbano e vida comercial em Manjacaze (Moçambique)», in *Análise Social*, vol. XLIV (4.º), 193: 825-847.
- RIBEIRO, José Cadima e CABRAL, Dolores (orgs) (1993), *O plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Cávado*. Braga: Universidade do Minho.
- RODRIGUES, Fernando Matos e SILVA, Manuel Carlos (2015), *Cidade, Habitação e Participação. O processo SAAL na ilha da Bela Vista*, Porto: Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Fernando Matos, FONTES, António J. Cerejeira, SILVA, Manuel Carlos, FONTES, André Cerejeira e VARELA, Susana (2016) (orgs), *A Cidade da Participação. Projeto de Arquitetura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1982), «O Estado, o Direito e a Questão Urbana», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9: 9-86.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semi-periferia: o caso português» in B. S. Santos (org), *Portugal, um retrato singular*, Porto: Edições Afrontamento.
- SASSEN, Saskia [2001 (1991)], *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- SEIXAS, Paulo Castro (2008), *Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e novos condomínios no Porto*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SENNETT, Richard (2005), *Capitalism and the City: Globalization, Flexibility and Indifference*. Y. Kazepov (org.), *Cities of Europe: Changing Contexts, Local Arrangements and the Challenge to Social Cohesion*, pp. 109-122. Oxford: Blackwell.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2004), «Dos modelos tradicionais a um olhar poliédrico sobre a cidade» in *Encontro Temático Intercongressos Cidades e culturas: novas políticas, novas urbanidades*, pp. 54-65, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

- SILVA, Manuel Carlos (2006), «Espaço, tempo e sociedade:alguns elementos de reflexão» in C. Balsa e C. Faria (orgs), *A Cidade como Artefacto*. Lisboa: Colibri e Universidade Nova de Lisboa (em homenagem a Jean Remy).
- SILVA, Manuel Carlos (2012), *Sócio-Antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2014), *Sina Social Cigana*. Lisboa, Colibri (com a colaboração de Susana Silva, Maria Goreti Pinto, José Manuel Sobral, Mariana Ramos, Marta Barbosa, Isabel Silva, Carla Sofia Cid, Carla Oliveira, Susana Barbosa, Sandra Pimenta, Fernando Bessa Ribeiro e Sílvia Gomes).
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2005), «O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento», in M. C. Silva, A. P. Marques, R. Cabecinhas (orgs), *Desenvolviemnto e assimetrias sócio-espaciais, Perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura.
- SIMMEL, Georg [1977 (1908)], *Sociologia I. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa, Edições do ICS.
- SOROKIN, Pitirim e ZIMMERMAN, Carle (1929), *Principles of Rural-Urban Sociology*. Nova Iorque: Henry Holt.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996), *Habitação Popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- THRIFT, Nigel e WILLIAMS, Peter (1988). *Class and Space. The Making of Urban Society*. Londres e Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul.
- TONNIES, Ferdinand [1953 (1887)], «Estates and classes» in Bendix e Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, pp. 49-63. Nova Iorque: Free Press, Londres: Collier Macmillan.
- TOPALOV, Christian (1987), *Le logement en France. Histoire d'une merchandise impossible*. Paris: Press de la FNSP.
- ZIZEK, Slavoj (2005), *Às portas da revolução, escritos de Lenin de 1917*, S. Paulo: Boitempo.
- ZUCKIN, Sara (1987), «Gentrification: Culture and Capital in Urban Core», in *Annual Review of Sociology*, 13: 129-147.
- WALL, Karin (1998), «Famílias no Campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho», in *Análise Social*, 151/152: 793-802. Lisboa: Dom Quixote.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990(1974)], *O sistema mundial moderno*, vol. I. Porto: Edições Afrontamento.
- WEBER, Max (1978[1920]), *Economy and Society I*, editado por G. Roth e C. Wittich, California: University of California Press.
- WEBER, Max [1987(1921)], «Conceito e categorias de cidade» in O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, pp. 68-89. Rio de Janeiro: Guanabara.
- WIRTH, Louis [1987(1938)], «O urbanismo como modo de vida» in O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*, pp. 90-113. Rio de Janeiro: Guanabara.
- World Cities Report 2016: urbanization and development – emerging futures key findings and messages* (2016). Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UNHabitat).